

# Brasil negocia novo empréstimo-ponte

**Severino Góes**

CARACAS — O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, começou a discutir ontem com o presidente do Comitê Assessor dos bancos credores, William Rhodes, a concessão de um empréstimo-ponte de US\$ 1 bilhão 800 milhões, destinados ao pagamento dos juros que vencem de abril a junho deste ano. "Desde o início das conversas, foi colocado que o Brasil não tem recursos para pagar esses juros", lembrou o ministro.

Nessa reunião, paralela à 29ª assembleia anual de governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), abriu-se a possibilidade de o Brasil obter uma economia de US\$ 600 milhões no pagamento da taxa de risco (0,8125% sobre a Libor) para o refinanciamento da dívida externa. Assim, a parcela de US\$ 5 bilhões 800 milhões que os credores deverão liberar até junho próximo poderá cair para US\$ 5 bilhões 200 milhões, porque a taxa de risco poderá abranger 80% do total da dívida.

A economia com o *spread* vai ser maior do que o esperado — seria de US\$ 300 ou 400 milhões, e pode ir a US\$ 600 milhões ao longo do período de reescalonamento — disse Maílson.

O ministro esclareceu, entretanto, que a abrangência do *spread* não se aplicaria à dívida do setor privado, "porque são milhares de contratos e não há condições operacionais de controlar tudo isto". Ele citou, inclusive, o caso do México, que mesmo obtendo um *spread* reduzido não pode utilizar a taxa mais favorecida para o reescalonamento da totalidade dos juros da dívida, embora tenha apenas 30 ou 40 devedores do setor privado. O caso brasileiro, lembrou. Seria mais complicado porque a dívida do setor privado abrange cerca de 400 empresas.



*Maílson: economia de juros*



*Rhodes: novo empréstimo*

Outro ponto ainda pendente para o fechamento do acordo definitivo — o que pelas contas de Maílson deve ocorrer até o final deste mês — é a questão do empréstimo. Os bancos credores, segundo o ministro, querem uma liberalidade de ação muito grande para a reutilização de seus empréstimos ao Brasil. "Achamos que isto não é do interesse deles nem nosso", afirmou.

O ministro explicou que a utilização do refinanciamento sem um maior controle do Banco Central pode ter um impacto negativo sobre a política monetária — uma vez que seria necessária a

ções formais com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o fechamento de um acordo definitivo em junho. Só depois disto é que seriam abertas negociações com o clube de Paris para que o ministro costuma classificar como a volta do Brasil ao Sistema Financeiro International.

Nas conversas com seus assessores, entretanto, Maílson tem afirmado que este cronograma pode sofrer algum atraso já que o governo vem enfrentando sérias dificuldades políticas internas para promover os cortes de gastos no setor público que dariam as condições ideais para a abertura de negociações com o FMI.

O ministro, aliás, conta com o fechamento do acordo com o Clube de Paris, para abrir negociações com o governo japonês, para financiar novos projetos no Brasil. Hoje Maílson tem uma conversa marcada com o vice-presidente do Eximbank do Japão, Rei-Ichi Shimamoto, e com o vice-ministro das finanças japoneses, Toyoo Gyoten, para iniciar as discussões sobre a possibilidade de abertura de um financiamento japonês para o Brasil. O ministro revelou, inclusive, que já existem bancos privados interessados em servir de ponte entre os projetos desenvolvidos pelo Brasil e o desembolso dos recursos japoneses.

Ainda ontem, Maílson repassou com seus assessores a agenda de contatos que fará durante a reunião do BID. Ele fará um discurso na terça-feira, antes do pronunciamento do secretário do Tesouro dos EUA, James Baker III, o ministro adiantou que aproveitaria a conversa com David Mullford para encaminhar assuntos de interesse do país junto ao BID. Nos últimos três anos, o Brasil teve um desembolso negativo de 35 milhões de dólares junto à instituição.